

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 06.07.2015

1. **Data, Hora e Local:** 06 de julho de 2015, às 18 horas, na sede social da Estácio Participações S.A. (“Companhia”), na Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar, sala 601, Ed. Rio Office Park, Barra da Tijuca, CEP: 22775-040, Rio de Janeiro/RJ.

2. **Presenças:** Membros do Conselho de Administração, conforme assinaturas ao final desta ata.

3. **Mesa:** Sr. Eduardo Alcalay (Presidente) e o Sr. Miguel F. Pereira de Paula (Secretário).

4. **Ordem do Dia e Deliberações:**

4.1. Aprovar a celebração de compromisso de compra da totalidade de quotas do **CENTRO EDUCACIONAL NOSSA CIDADE LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Carapicuíba, Estado de São Paulo, na Av. Francisco Pignatari, nº 630 e 631, Vila Gustavo Correa, CEP 06310-390, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.228.183/0001-46, mantenedora da Faculdade FNC (“FNC”) (“Operação”), pelo valor total de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), a ser pago da seguinte forma: (i) 52% do valor do investimento pago na Data do Fechamento, parte com recursos financeiros e parte através de assunção de dívidas e obrigações em geral; e (ii) o saldo remanescente amortizado em até 42 (quarenta e dois) meses, a contar da Data do Fechamento da Operação.

4.2. Autorizar a Diretoria Executiva a praticar todos os atos necessários à implementação e formalização da referida Operação incluindo, mas não se limitando a: (i) submeter a Operação à avaliação da Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”); (ii) divulgar Fato Relevante; e (iii) convocar a Assembleia Geral de Acionistas para ratificar a conclusão da Operação, após sua aprovação pelo CADE e se cumpridas as demais condições precedentes.

4.3 Aprovar a alteração da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, especialmente para incluir o item 3.9, o qual estabelece a vedação de aluguel de ações e de operações com derivativos à Companhia, seus Administradores e Pessoas Ligadas, nos termos propostos no Anexo I à presente ata, a qual se encontra arquivada na Companhia e será devidamente disponibilizada no *website* da Comissão de Valores Mobiliários e no site de Relações com Investidores da Companhia.

4.4. Apreciar a renúncia apresentada pelo Sr. **João Baptista de Carvalho Athayde** ao seu respectivo cargo de membro do Conselho de Administração, cuja decisão foi tomada por motivo de ordem pessoal, ficando, ainda, consignados os agradecimentos ao mesmo pelos relevantes serviços prestados à Companhia no exercício de sua função.

4.5. Apreciar a renúncia apresentada pelo Sr. **Rogério Frota Melzi**, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, para se dedicar exclusivamente às suas funções de Diretor Presidente e de membro do Comitê Acadêmico da Companhia.

4.6. Em razão dos itens 4.4 e 4.5 acima, nomear em substituição, pelo prazo de mandato restante dos conselheiros de administração substituídos, a Sra. **Maria Silvia Bastos Marques**, brasileira, viúva, administradora, portadora da carteira de identidade nº 81272167-8, e inscrita no CPF/MF sob o nº 459.884.477-91, residente e domiciliada na Avenida Vieira Souto, nº 494, apartamento 301, Ipanema, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP.: 22.420-006, e a Sra. **Maria Helena Guimarães de Castro**, brasileira, casada, socióloga, portadora da carteira de identidade nº 3553090-x, e inscrita no CPF/MF sob o nº 059.237.468-83, residente e domiciliada na Avenida José Bonifácio, nº 2461, Jardim das Paineiras, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP.: 13.092-305, amplamente conhecidas por suas carreiras executivas, conforme

principais experiências mencionadas no Anexo II da presente ata. As conselheiras, ora nomeadas, tomarão posse dentro de prazo legal.

5. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrou-se a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração da Companhia presentes. Assinaturas: Eduardo Alcalay, Maurício Luis Luchetti, João Cox Neto, Ronaldo labrudi dos Santos Pereira, Chaim Zaher, Thamila Cefali Zaher e Alexandre Hohagen.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2015.

Eduardo Alcalay
Presidente do Conselho

Maurício Luis Luchetti
Vice-Presidente do Conselho

João Cox Neto

Ronaldo labrudi dos Santos Pereira

Chaim Zaher

Thamila Cefali Zaher

Alexandre Hohagen

Miguel F. Pereira de Paula
Secretário da Mesa

**Anexo I da ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM
06.07.2015****“Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da
Estácio Participações S.A.****1. Propósito**

Este Manual visa a consolidar as regras e procedimentos que devem ser observados pelos (i) Administradores e Conselheiros Fiscais da Companhia, bem como por qualquer membro de órgão com funções técnicas ou consultivas criado por disposição estatutária; (ii) Funcionários com acesso a Informação Privilegiada; e, ainda, (iii) qualquer pessoa que, em virtude de seu cargo, função ou posição nas Sociedades Controladas, tenha conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia, para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de Valores Mobiliários.

Todas as pessoas sujeitas aos deveres e obrigações previstos neste Manual deverão pautar a sua conduta com relação aos assuntos da Companhia conforme os valores da boa-fé, lealdade e veracidade, e estarão cientes de que a informação transparente, precisa e oportuna, divulgada de forma uniforme e equitativa ao mercado, constitui o principal instrumento à disposição do público investidor para garantir melhores retornos de seus investimentos. A competição entre os investidores deve se dar na qualidade de análise e interpretação da informação relevante, não no acesso privilegiado a essa informação.

2. Definições

Os termos e expressões relacionados abaixo, quando utilizados neste Manual, terão o seguinte significado:

"Administradores": os Diretores e membros titulares e suplentes do Conselho de Administração da Companhia.

Entidades do Mercado: conjunto das bolsas de valores ou das entidades do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, assim como entidades equivalentes em outros países.

"Companhia": Estácio Participações S.A.

"Conselheiros Fiscais": os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, eleitos por deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

"Corretoras Credenciadas": as corretoras de valores mobiliários especialmente credenciadas pela Companhia para a negociação de seus valores mobiliários por parte das pessoas sujeitas aos deveres e obrigações estipulados nesta política.

"CVM": a Comissão de Valores Mobiliários.

"Diretor de Relações com Investidores": o Diretor da Companhia responsável pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às Entidades do Mercado, bem como pela atualização do registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM.

"Ex-Administradores": os Administradores que deixarem de integrar a administração da Companhia.

"Funcionários com acesso a Informação Privilegiada": os empregados da Companhia que, em decorrência de seu cargo, função ou posição na Companhia tenham acesso a qualquer Informação Privilegiada.

"Informação Privilegiada": toda informação ainda não divulgada ao público investidor relacionada à Companhia ou a suas Sociedades Controladas que possa influir, de modo significativo, na cotação dos Valores Mobiliários.

"Instrução CVM nº 358/02": a Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a divulgação e o uso de informações sobre Ato ou Fato Relevante relativos a companhias abertas, bem como sobre a negociação de valores mobiliários de emissão de companhias abertas na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, dentre outras matérias, com alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 369/02 e outras que porventura venham a ser divulgadas pela CVM durante a vigência deste instrumento.

"Pessoas Ligadas": as pessoas que mantenham com Administradores e Conselheiros Fiscais da Companhia os seguintes vínculos: (i) o cônjuge, de quem não esteja separado judicialmente, (ii) o(a) companheiro(a); (iii) qualquer dependente incluído na declaração anual do imposto de renda da pessoa física; e (iv) as sociedades direta ou indiretamente controladas pelos Administradores, pelos Conselheiros Fiscais ou pelas Pessoas Ligadas.

"Sociedades Controladas": as sociedades nas quais a Companhia, diretamente ou através de outras sociedades, é titular de direitos de sócia que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

"Termo de Adesão": termo de adesão ao presente Manual, a ser firmado conforme o modelo constante no Anexo I deste instrumento, nos termos dos artigos 15, § 1º, inciso I e 16, § 1º da Instrução CVM nº 358/02.

"Valores Mobiliários": ações, debêntures, bônus de subscrição, recibos e direitos de subscrição, notas promissórias, opções de compra ou de venda, índices e derivativos de qualquer espécie ou, ainda, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, que sejam considerados valor mobiliário por definição legal.

3. Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia

3.1. Negociação através de Corretoras Credenciadas e Períodos de Impedimento à Negociação

Visando a assegurar os padrões de negociação com Valores Mobiliários da Companhia previstos neste Manual, todas as negociações com Valores Mobiliários por parte da própria Companhia e das pessoas obrigadas a observar os termos e condições deste Manual somente serão realizadas com a intermediação de alguma das Corretoras Credenciadas, conforme relação encaminhada pela Companhia à CVM, a ser atualizada de tempos em tempos.

A Companhia, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários com acesso a Informação Privilegiada, as Sociedades Controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição nas Sociedades Controladas, possam ter conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia, e que tenham firmado o Termo de Adesão, não poderão negociar seus Valores Mobiliários nos períodos em que haja impedimento à negociação de Valores Mobiliários, por determinação do Diretor de Relações com Investidores ("Período de Impedimento à Negociação").

O Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a informar os motivos da determinação do Período de Impedimento à Negociação, e as pessoas acima mencionadas deverão manter esta determinação em sigilo.

3.2. Restrições à Negociação na Pendência de Divulgação de Ato ou Fato Relevante

É vedada a negociação de Valores Mobiliários (a) pela Companhia; (b) Administradores, Conselheiros Fiscais e Funcionários com acesso a Informação Privilegiada, e ainda, (c) por qualquer pessoa que, em virtude de seu cargo, função ou posição nas Sociedades Controladas, que tenham firmado o Termo de Adesão, possa ter conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia, até que esta o divulgue ao mercado na forma de Ato ou Fato Relevante, nos seguintes casos:

(i) quando ocorrer qualquer Ato ou Fato Relevante nos negócios da Companhia;

(ii) (a) quando estiver em curso aquisição ou alienação de Valores Mobiliários pela própria Companhia, suas Sociedades Controladas ou outra sociedade sob controle comum, (b) ou quando houver sido outorgada opção ou mandato para este fim, exclusivamente nas datas em que a própria Companhia negocie ou informe às Corretoras Credenciadas que negociará com Valores Mobiliários de sua própria emissão; e

(iii) quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

3.3. Exceções às Restrições Gerais à Negociação de Valores Mobiliários

Não se aplicam as restrições à negociação aqui previstas às operações com ações em tesouraria, através de negociação privada, vinculadas ao exercício de opção de compra, de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela assembleia geral da Companhia e as eventuais recompras pela Companhia, também através de negociação privada, dessas ações.

As restrições à negociação, previstas no item 3.2 acima, também não se aplicam à própria Companhia, aos Administradores, aos Conselheiros Fiscais e aos Funcionários com acesso a Informação Privilegiada, a partir da data de assinatura do Termo de Adesão, quando realizarem operações no âmbito da Política de Negociação prevista neste Manual.

As negociações das pessoas acima referidas, no âmbito da Política de Negociação, para se valerem do benefício ora estabelecido nos termos da norma da CVM, deverão realizar-se sob a forma de investimento a longo prazo, atendendo a, pelo menos, uma das características descritas abaixo:

i) Subscrição ou compra de ações por força do exercício de opções concedidas na forma de plano de opção de compra aprovado em assembleia geral;

ii) Execução, pela Companhia, das compras objeto de programa de recompra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria; e

iii) Aplicação da remuneração variável, recebida a título de participação no resultado, na aquisição de Valores Mobiliários da Companhia.

3.4. Restrições à Negociação após a Divulgação de Ato ou Fato Relevante

Nas hipóteses previstas acima, mesmo após a divulgação de Ato ou Fato Relevante, continuará prevalecendo a proibição de negociação, caso esta possa - a juízo da Companhia - interferir nas condições dos negócios com os Valores Mobiliários, de maneira a resultar em prejuízo à própria Companhia ou a suas acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pelo Diretor de Relações com Investidores.

3.5. Vedação à Negociação em Período Anterior à Divulgação de Informações Trimestrais, Anuais e das Demonstrações Financeiras

A Companhia, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários com acesso a Informação Privilegiada e, ainda, as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição nas Sociedades Controladas, possam ter conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia, e que tenham firmado o Termo de Adesão, não poderão negociar Valores Mobiliários no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação ou publicação, quando for o caso, das:

- (i) informações trimestrais da Companhia (ITR);
- (ii) informações anuais da Companhia (DFP e IAN); e
- (iii) demonstrações financeiras da Companhia.

As Corretoras Credenciadas (a) não registrarão as operações de compra ou venda de Valores Mobiliários realizadas pelas pessoas mencionadas acima, se efetuadas durante os 15 (quinze) dias anteriores à divulgação ou publicação dessas informações periódicas ou demonstrações financeiras da Companhia, e (b) informarão a Companhia quando tomarem conhecimento da ocorrência destas operações ou forem solicitadas a realizá-las.

3.6. Vedação à Deliberação Relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Própria Companhia

O Conselho de Administração não poderá aprovar a aquisição ou a alienação de Valores Mobiliários de emissão da própria Companhia enquanto não forem divulgadas ao público, por meio da publicação de Ato ou Fato Relevante, informações relativas à:

- (i) celebração de qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário da Companhia;
- (ii) outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle acionário da Companhia; ou
- (iii) existência de intenção de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia.

Caso, após a aprovação de programa de recompra, ocorra fato que se enquadre em qualquer das três hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com Valores Mobiliários de sua própria emissão, até a divulgação do respectivo Ato ou Fato Relevante.

3.7. Vedação à Negociação Aplicável a Ex-Administradores

Os Ex-Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de Ato ou Fato Relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários:

- (i) pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento; ou
- (ii) antes de completados 6 (seis) meses de seu afastamento, até a divulgação, pela Companhia, do(s) Ato(s) ou Fato(s) Relevante(s) em questão ao mercado;

Na hipótese do item (ii) acima, se a negociação com os Valores Mobiliários, após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo da Companhia ou de seus acionistas, os Ex-Administradores não poderão negociar Valores Mobiliários pelo prazo indicado no item (i) acima.

3.8. Vedações à Negociação Indireta

As vedações a negociações disciplinadas neste Manual também se aplicam às negociações realizadas, direta ou indiretamente, pelos Administradores, Conselheiros Fiscais, Funcionários com acesso a Informação Privilegiada e, ainda, por pessoa que, em virtude de seu cargo, função ou posição nas Sociedades Controladas, tenha ou possa ter conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia, e que tenham firmado o Termo de Adesão, nos casos em que estas negociações se dêem por intermédio de:

- (i) sociedade por elas controlada; ou
- (ii) terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira de valores mobiliários ou de negócio fiduciário (trust).

Não são consideradas negociações indiretas, e não estarão sujeitas à vedação prevista neste Manual, as negociações realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as pessoas mencionadas no item acima, desde que:

- (i) tais fundos de investimento não sejam exclusivos; e
- (ii) as decisões de negociação do administrador do fundo de investimento não possam de nenhuma forma ser influenciadas pelos seus respectivos cotistas.

3.9. Vedação ao Aluguel de Ações e Derivativos

É vedado à Companhia, seus Administradores e Pessoas Ligadas, atuar no mercado de empréstimo de títulos (“aluguel de ações”) de emissão da Estácio Participações S.A., sejam como tomadoras ou como doadoras desse empréstimo, bem como quaisquer contratações de opções ou derivativos.

4. Alteração na Política de Divulgação

Por meio de deliberação do conselho de administração, a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia poderá ser alterada nas seguintes situações:

- (i) quando houver determinação expressa nesse sentido por parte da CVM;
- (ii) diante de modificação nas normas legais e regulamentares aplicáveis, de forma a implementar as adaptações que forem necessárias;
- (iii) quando o Conselho de Administração, no processo de avaliação da eficácia dos procedimentos adotados, constatar a necessidade de alterações.

A alteração da Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia deverá ser comunicada à CVM e às Entidades do Mercado pelo Diretor de Relações com Investidores, na forma exigida pelas normas aplicáveis, assim como às pessoas que constem da relação referida no item 6.1 abaixo.

5. Infrações e Sanções

Sem prejuízo das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente, a serem aplicadas pelas autoridades competentes, em caso de violação dos termos e procedimentos estabelecidos na Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, caberá ao conselho de administração tomar as medidas disciplinares que forem cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave.

Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da assembleia geral, deverá o conselho de administração convocá-la para deliberar sobre o tema.

6. Disposições Finais

6.1 A Companhia deverá enviar por correspondência registrada aos Administradores e Conselheiros Fiscais, se e quando tal órgão estiver instalado, cópia desta Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, solicitando o retorno à Companhia de termo de adesão devidamente assinado conforme o Anexo I do presente documento, o qual ficará arquivado na sede da Companhia.

6.1.1 Na assinatura do termo de posse dos novos administradores deverá ser exigida a assinatura do termo constante do Anexo I, sendo-lhes dado conhecimento desta Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia.

6.1.2 A comunicação da Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, assim como a exigência de assinatura do termo constante do Anexo I, a pessoas não referidas em 6.1, acima, será feita antes de tais pessoas realizarem qualquer negociação com Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

6.1.3 A Companhia manterá em sua sede, à disposição da CVM, a relação de pessoas contempladas neste item 6.1 e respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas, atualizando-a imediatamente sempre que houver modificação.

6.2 Esta Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia deverá ser observada a partir da data de sua aprovação.

Anexo I
à Política de Negociação de Valores Mobiliários de emissão
da Estácio Participações S.A.

Termo de Adesão à Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Estácio Participações S.A.

Pelo presente instrumento, [INSERIR NOME OU RAZÃO SOCIAL], [INSERIR QUALIFICAÇÃO – NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, RG/RNE, SE FOR PESSOA FÍSICA; IDENTIFICAR TIPO SOCIETÁRIO, SE FOR PESSOA JURÍDICA], com endereço em [INSERIR ENDEREÇO], inscrito no [CPF/MF – CNPJ/MF] sob o nº [INSERIR NÚMERO], na qualidade de [INDICAR CARGO OCUPADO] da Estácio Participações S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, 6º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 08.807.432/0001-10, doravante denominada simplesmente Companhia, vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar ter tomado conhecimento da Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, aprovada em 21 de maio de 2007 e alterada em 06 de julho de 2015 pelo Conselho de Administração, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme modificada pela Instrução CVM 369, de 11 de junho de 2002, e assumir o compromisso de observar as normas e procedimentos previstos em tal documento e pautar suas ações em relação à Companhia sempre em conformidade com tais disposições.

[INSERIR LOCAL E DATA DE ASSINATURA]"

**Anexo II da ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM
06.07.2015****Biografias resumidas****MARIA SILVIA BASTOS MARQUES**

Graduada em administração pública pela FGV-RJ, Maria Silvia Bastos Marques é Mestre e Doutora em Economia, também pela FGV-RJ. É atualmente assessora especial do Prefeito do Rio de Janeiro para as Olimpíadas Rio 2016. Além disso, integra o Conselho de Administração da Marsh & McLennan Companies Inc. e os Conselhos Curadores da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável e do Centro de Liderança Pública. É também membro do Conselho Consultivo do Global Center da Universidade de Columbia no Brasil. De 2011 a 2014 foi Presidente da Empresa Olímpica Municipal. Presidiu a Icatu Seguros de 2007 a 2011. Foi sócia da consultoria MS & CR2 Finanças Corporativas entre 2002 e 2006. Presidiu a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de 1999 a 2002, na qual ingressou em 1996 como Diretora Superintendente do Centro Corporativo. Também teve atuação nas áreas públicas municipal e federal, tendo sido Secretária de Fazenda da cidade do Rio de Janeiro entre 1993 e 1996, e assumido diferentes cargos no Ministério da Fazenda e no BNDES entre 1990 e 1992. Anteriormente foi professora do departamento de economia da PUC-RJ e pesquisadora do IBRE-FGV. Foi membro do Conselho de Administração da Vale, Souza Cruz, Petrobras, Anglo American plc, Grupo Pão de Açúcar, Light SA, entre outras.

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

Socióloga, professora aposentada de Ciência Política da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora associada do Núcleo de Políticas Públicas da mesma universidade. Formada em Ciências Sociais, tem Mestrado em Ciência Política. Atualmente, a Sra Maria Helena é Diretora-Executiva da Fundação SEADE do Estado de São Paulo e membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. É membro do Conselho Científico da Associação Brasileira de Avaliação Educacional/ABAVE. Participa de vários conselhos de entidades ligadas à educação: membro do Comitê Técnico do Todos pela Educação; do Conselho Consultivo do Instituto Natura; do Conselho da Associação Parceiros da Educação; do conselho da Fundação Educar para Crescer, entre outros. No período de julho de 2007 a abril de 2009, foi Secretária de Estado de Educação de São Paulo. De janeiro a julho de 2007 foi Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal. Em 2006, foi Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, tendo ocupado anteriormente, no mesmo Governo - de 2003 até março de 2006 - a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. No período de 1995 a 2002, no Ministério de Educação do Governo Fernando Henrique Cardoso, presidiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/INEP, a Secretaria Nacional de Educação Superior e a Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, sendo responsável pela organização e implantação dos sistemas de avaliação nacionais, a saber: o Exame Nacional de Cursos - Provão, Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB e pela Implantação do Sistema Nacional de Informação Educacional, que abrange os censos escolares e produção de estatísticas educacionais. No período de 1993 a 1995, foi Secretária Municipal de Educação de Campinas e presidente da UNDIME nacional. Entre 1987 e 1992, foi Diretora-Adjunta do Nucleo de Políticas Públicas da Unicamp. Desde 2005 é membro da Academia Brasileira de Educação.